



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL -
CREDN

Apresentação: 22/05/2026 10:51:57.090 - CREDN

REQ n.69/2026

REQUERIMENTO Nº DE 2026
(DO SR. EDUARDO PAZUELLO)

Requer a realização de Audiência Pública na CREDN para discussão do tema: “Defesa Nacional e a Base Industrial de Defesa”.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma Audiência Pública, a ser realizada nesta Comissão Permanente, para discutir o tema: “**Defesa Nacional e a Base Industrial de Defesa**”, de extrema relevância para esta Comissão e para o País, particularmente por promover um debate esclarecedor e aprofundado sobre um tema de extrema relevância para a segurança e autonomia do país.

Esta iniciativa se justifica pela necessidade de discutir a importância estratégica da base industrial de defesa no contexto da segurança nacional, bem como seus impactos na economia, tecnologia e política brasileira.

Nesse sentido, indico como convidados para a Audiência Pública ora proposta, os seguintes profissionais:

- 1) **Heraldo Luz Rodrigues** - Tenente Brigadeiro do Ar - Secretário de Produtos de Defesa;



* C D 2 6 2 9 3 4 9 7 3 4 0 0 *

- 2) **Eduardo Brick** - Capitão de Mãe e Guerra Reformado do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, membro do Conselho Consultivo do Cedesen - Centro de Defesa e Segurança Nacional
- 3) **Peterson Ferreira da Silva** - Professor da Escola Superior de Defesa;
- 4) **Armando Lemos** - Coronel R1 do Exército Brasileiro, Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança;
- 5) **Ivan Ferreira Neiva Filho** - General de Divisão R1, membro da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial; e
- 6) **Rodolfo Queiroz Laterza** - Presidente da ADEPOL DO BRASIL e articulista na área de defesa e estratégia.

JUSTIFICAÇÃO

O Contexto Geopolítico atual denota um momento de profunda instabilidade global, com o recrudescimento de conflitos armados em diversas regiões, evidenciando a escassez global de munições e armamentos.

Nesse contexto, a previsão de investimentos da ordem de R\$ 30 bilhões na Base Industrial de Defesa, é fundamental para garantir que o aporte financeiro se transforme em capacidade produtiva, modernização tecnológica e prontidão operacional das Forças Armadas. Garantir a autossuficiência na produção de itens de defesa não é apenas uma questão militar, mas um imperativo de soberania nacional e segurança estratégica.

A Base Industrial de Defesa brasileira, composta por centenas de empresas que geram empregos de alta qualificação e tecnologia de ponta, possui um "efeito multiplicador" na economia nacional, com capacidade para impulsionar a reindustrialização do país e o aumento do PIB.

Ademais, o fortalecimento da BID posiciona o Brasil de forma definitiva como a principal potência regional da América do Sul, consolidando o país como um grande exportador de soluções de defesa, suprimindo a demanda global por armamentos e munições, gerando divisas e ampliando nossa influência diplomática e geopolítica.



Nesse sentido, os recentes desdobramentos envolvendo a Avibras Indústria Aeroespacial, assolada em uma grave crise financeira e trabalhista, com dívidas que superaram os R\$ 600 milhões, volta a tona, com uma nova estrutura, denominada Avibras Aeroco¹. Este processo de reestruturação, viabilizado por um aporte de capital privado nacional (Fundo Brasil Crédito)², incluindo a participação de fundos e investidores brasileiros, levanta questões fundamentais sobre a sustentabilidade a longo prazo de ativos que são pilares da soberania brasileira.

É imperativo que esta Comissão analise os riscos inerentes à tentativa de venda de empresas estratégicas para o capital estrangeiro. A transferência do controle acionário de uma Empresa Estratégica de Defesa (EED) para mãos estrangeiras não representa apenas uma transação comercial, mas um risco real de desnacionalização tecnológica. A Avibras detém a propriedade intelectual de sistemas de dissuasão vitais, como o Sistema Astros e o Míssil Tático de Cruzeiro (MTC-300). Caso tais tecnologias passem ao controle externo, o Brasil perde a autonomia de emprego e de exportação desses armamentos, ficando sujeito a vetos geopolíticos de potências estrangeiras que podem não alinhar seus interesses com os nossos.

A consolidação da Avibras Aeroco exige um debate profundo sobre o papel do Estado como indutor da indústria de defesa. A solução via mercado interno, embora preserve a bandeira nacional, requer um ambiente de segurança jurídica e previsibilidade orçamentária. Sem encomendas governamentais consistentes e políticas de crédito voltadas à exportação, empresas de alta tecnologia correm o risco cíclico de insolvência, o que acaba por forçar novas tentativas de venda ao capital internacional. A perda de capital humano qualificado durante os anos de crise da Avibras é um alerta de que a BID é um patrimônio que, uma vez desmantelado, leva décadas para ser reconstruído.

Portanto, a audiência pública proposta deve servir para avaliar como o modelo da nova Avibras Aeroco pode servir de paradigma para outras empresas da base de defesa. O foco deve estar na criação de mecanismos de proteção que impeçam que crises financeiras conjunturais resultem na entrega de segredos de Estado e na

¹ <https://avibrasaeroco.com/>

² <https://www.fundobrasil.org.br/>



fragilização da autonomia estratégica brasileira, garantindo que o desenvolvimento de tecnologias de ponta permaneça sob comando e benefício direto da nação.

É importante destacar que Defesa Nacional e Base Industrial de Defesa devem ser pensadas e trabalhadas, como políticas de Estado e não meras políticas de Governo, ficando a mercê deste ou daquele gestor.

Impende ainda destacar que empresas nacionais, como a SIATT (especializada em armas inteligentes e sistemas de alta tecnologia) e a Condor (líder global em tecnologias não letais)³, em 2023 e 2024, respectivamente, foram vendidas para o EDGE Group, dos Emirados Árabes⁴.

Este Parlamento não pode se furtar de discutir a defesa, a soberania e os interesses nacionais, reunindo especialistas, representantes do governo, da indústria, da academia e da sociedade civil em busca de soluções e avanços concretos, proporcionando uma reflexão abrangente e democrática sobre um tema de grande importância para o presente e o futuro do Brasil.

Desta forma, Prezados Pares, com foco na argumentação exposta e por se tratar de matéria de ordem pública e de extremo interesse desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicito sua aprovação ao presente Requerimento de Audiência Pública.

Sala da Comissão, em 19 de maio de 2026.

GENERAL PAZUELLO

Deputado Federal (PL/RJ)

³ https://www.defesanet.com.br/bid/condor-anuncia-novo-conselho-de-administracao/#google_vignette

⁴ <https://revistaeste.com/economia/empresa-militar-dos-emirados-arabes-compra-brasileira-de-gas-lacrimogeneo-e-ao-de-borracha/>

